

ESLOVÉNIA

República da Eslovénia

Chefe de Estado:	Danilo Türk
Chefe de Governo:	Borut Pahor
Pena de morte:	bolicionista para todos os crimes
População:	2 milhões
Esperança média de vida:	78,2 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	5/4 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	99,7 por cento

As autoridades não restauraram os direitos das pessoas (conhecidas como os "apagados") cujo estatuto de residentes permanentes foi ilegalmente revogado em 1992. Apesar de algumas medidas tomadas pelo governo, os ciganos continuaram a ser discriminados, principalmente no acesso à habitação e educação.

Discriminação

Os "apagados"

As autoridades continuaram a recusar garantir os direitos dos antigos residentes permanentes da Eslovénia oriundos de outras antigas repúblicas jugoslavas, cujo estatuto legal foi ilegalmente revogado em 1992. Esta situação resultou na violação dos seus direitos económicos e sociais. Alguns deles foram igualmente expulsos à força do país.

Em Novembro, o governo apresentou ao Parlamento uma proposta de lei visando restaurar o estatuto dos "apagados", com efeitos retroactivos. Até ao final do ano a lei ainda não tinha sido aprovada.

As autoridades não apresentaram quaisquer planos para adoptar medidas adicionais para garantir que os "apagados" teriam direito a reparação pelas violações dos direitos humanos que sofreram, tal como o restabelecimento dos seus direitos económicos, sociais e culturais, o pagamento de compensação ou um pedido formal de desculpas.

O debate parlamentar e público sobre os "apagados" ficou marcado por declarações xenófobas feitas por vários deputados durante o ano.

Ciganos

Apesar de algumas medidas tomadas pelo governo para melhorar a situação da comunidade cigana, a discriminação persistiu.

O acesso das crianças ciganas ao ensino pré-escolar era muito reduzido, o que as colocava em desvantagem face às outras crianças quando entravam para a escola primária. Em Dezembro, o governo anunciou uma iniciativa para promover a inscrição de crianças ciganas no ensino pré-escolar. Registaram-se alguns progressos no combate às consequências da segregação de alunos ciganos no passado. Após vários anos de campanhas por parte de organização de defesa dos direitos humanos e dos ciganos, as autoridades deram início, em Setembro, a uma avaliação externa independente da educação das crianças ciganas. Porém, esta avaliação não incluía o chamado "Modelo de Bršljin", que tinha anteriormente resultado na segregação de facto dos alunos ciganos.

Muitos ciganos enfrentavam condições de habitação desadequadas, incluindo violação do direito de propriedade e falta de acesso a água potável, instalações sanitárias e electricidade. Os acampamentos ciganos eram muitas vezes isolados e segregados. Em alguns casos em que

foram agendadas acções de despejo, a comunidade não foi devidamente informada nem consultada.

Em Novembro foi apresentado ao público um Programa Nacional para os Ciganos, para consulta com as ONGs. O programa definia medidas para melhorar a situação da comunidade cigana no período 2010 – 2015. Abrangia várias vertentes sociais em que os ciganos enfrentavam discriminação, como habitação, educação, emprego e acesso à saúde.

Relatório da Amnistia Internacional

📄 Eslovénia: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (EUR 68/004/2009)